



SEFAZ-MT
Fiscal de Tributos Estaduais

LÍNGUA PORTUGUESA

Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados	1
Reconhecimento de tipos e gêneros textuais	2
Ortografia oficial	3
Domínio dos mecanismos de coesão textual. Emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual	10
Emprego de tempos e modos verbais	12
Domínio da estrutura morfosintática do período. Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração. Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração	14
Emprego das classes de palavras	19
Emprego dos sinais de pontuação	30
Concordância verbal e nominal	34
Regência verbal e nominal	36
Emprego do sinal indicativo de crase	39
Reescrita de frases e parágrafos do texto. Significação das palavras. Substituição de palavras ou de trechos de texto.	40
Reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto	42
Exercícios	42
Gabarito	52

RACIOCÍNIO LÓGICO

Lógica: proposições, conectivos. Estrutura lógica de relações arbitrárias entre pessoas, lugares, objetos ou eventos fictícios;	1
equivalências lógicas	2
quantificadores	9
predicados	11
Conjuntos e suas operações	11
diagramas	15
Números inteiros, racionais e reais e suas operações,	18
porcentagem	28
juros	30
Proporcionalidade direta e inversa	33
Medidas de comprimento, área, volume, massa e tempo	37
dedução de novas informações das relações fornecidas e avaliação das condições usadas	

SUMÁRIO



para estabelecer a estrutura daquelas relações.	43
Compreensão e análise da lógica de uma situação, utilizando as funções intelectuais: raciocínio verbal, raciocínio matemático, orientação espacial e temporal. formação de conceitos, discriminação de elementos.	53
raciocínio sequencial.	56
Compreensão de dados apresentados em gráficos e tabelas.	61
Raciocínio lógico envolvendo problemas aritméticos, geométricos e matriciais.	65
Problemas de contagem e noções de probabilidade.	68
Geometria básica: ângulos, triângulos, polígonos, distâncias, proporcionalidade, perímetro e área.	74
Plano cartesiano: sistema de coordenadas, distância.	82
Problemas de lógica e raciocínio.	87
Exercícios.	87
Gabarito.	91

MATEMÁTICA FINANCEIRA

Juros simples. Montante e juros. Descontos simples. Equivalência simples de capital. Taxa real e taxa efetiva. Taxas equivalentes. Capitais equivalentes.	1
Juros compostos. Montante e juros. Desconto composto. Taxa real e taxa efetiva. Taxas equivalentes. Capitais equivalentes. Capitalização contínua.	5
Descontos: simples, composto. Desconto racional e desconto comercial.	7
Amortizações. Sistema francês. Sistema de amortização constante. Sistema misto. Fluxo de caixa. Valor atual. Taxa interna de retorno.	10
Exercícios.	32
Gabarito.	42

ESTATÍSTICA

Estatística descritiva e análise exploratória de dados: gráficos, diagramas, tabelas, medidas descritivas (posição, dispersão, assimetria e curtose).	1
Probabilidade. Definições básicas e axiomas. Probabilidade condicional e independência. Variáveis aleatórias discretas e contínuas. Distribuição de probabilidades. Função de probabilidade. Função densidade de probabilidade. Esperança e momentos. Distribuições especiais. Distribuições condicionais e independência. Transformação de variáveis. Leis dos grandes números. Teorema central do limite. Amostras aleatórias. Distribuições amostrais.	15
Inferência estatística. Estimativa pontual: métodos de estimação, propriedades dos estimadores, suficiência. Estimativa intervalar: intervalos de confiança, intervalos de credibilidade. Testes de hipóteses: hipóteses simples e compostas, níveis de significância e potência de um teste, teste t de Student, teste qui-quadrado.	60
Análise de regressão linear. Critérios de mínimos quadrados e de máxima verossimilhança. Modelos de regressão linear. Inferência sobre os parâmetros do modelo. Análise de variância. Análise de resíduos.	64
Técnicas de amostragem. Amostragem aleatória simples, estratificada, sistemática e por conglomerados. Tamanho amostral.	67
Raciocínio Lógico envolvendo problemas aritméticos, geométricos e matriciais.	63

SUMÁRIO



Exercícios	69
Gabarito	73

ECONOMIA

Conceitos fundamentais de economia	1
Teoria elementar de equilíbrio do mercado	1
Fatores que influenciam a oferta e a procura por bens e serviços.....	1
Efeitos de deslocamentos das curvas de procura e oferta.....	2
Elasticidades - preço da procura e da oferta.....	2
Noções básicas de microeconomia.....	10
Teoria do consumidor: Preferências; Curvas de indiferença; Limitação orçamentária.....	18
Equilíbrio do consumidor	20
Classificação de bens: normais, inferiores, bens de Giffen, substitutos e complementares.....	20
Excedente do consumidor	21
Fatores de produção	21
Função de produção e suas propriedades	22
Elasticidade de substituição	22
Rendimentos de fatores, rendimentos de escala	22
Curvas de isocusto	23
Equilíbrio da firma no curto prazo nas estruturas de mercado, concorrência perfeita, concorrência monopolística, oligopólio e monopólio.....	23
Conceitos básicos de contabilidade nacional.....	23
Deflacionamento do produto	23
Contas nacionais do Brasil.....	24
Balanço de Pagamentos e relações com o resto do mundo	24
Noções sobre economia do setor público	24
Políticas fiscal, monetária e cambial	24
Efeitos da atuação do Estado na economia	25
Sistema Tributário como instrumento de distribuição de renda.....	25
Princípios de tributação	26
Impostos regressivos e progressivos.....	26
Impostos sobre consumo em cascata e sobre valor adicionado	26
Impacto da carga tributária na atividade econômica e na distribuição de renda	27
Incidência do imposto sobre vendas no mercado de concorrência perfeita	27
Exercícios	28
Gabarito	36

HISTÓRIA E GEOGRAFIA DE MATO GROSSO

História do Estado de Mato Grosso. Dados geográficos: clima, vegetação, relevo e solos. Aspectos étnico e demográficos. Aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais do Estado de Mato Grosso. Referências turísticas e de lazer. O Estado de Mato Grosso no contexto brasileiro	1
Exercícios	26
Gabarito	30

SUMÁRIO



ÉTICA E FILOSOFIA

Fundamentos da Filosofia	1
Filosofia moral: Ética ou filosofia moral.....	6
Consciência crítica e filosofia	10
A relação entre os valores éticos ou morais e a cultura.....	12
Juizados de fato ou de realidade e juizados de valor	14
Ética e cidadania	15
Racionalismo ético	18
Ética e liberdade.....	21
Exercícios	25
Gabarito.....	31

DIREITO ADMINISTRATIVO E ÉTICO NO SERVIÇO PÚBLICO

Estado, Governo e Administração Pública. Conceitos. Elementos	1
Direito Administrativo. Conceito. Objeto. Fontes	7
Ato administrativo. Conceito, requisitos, atributos, classificação e espécies. Extinção do ato administrativo. Cassação, anulação, revogação e convalidação. 3.3 Decadência administrativa	12
Agentes públicos. Disposições constitucionais aplicáveis. Disposições doutrinárias. Conceito. Espécies. Cargo, emprego e função pública. Provimento. Vacância. Efetividade, estabilidade e vitaliciedade. 4.2.7 Remuneração. Direitos e deveres. Responsabilidade. Processo administrativo disciplinar.....	32
Poderes da Administração Pública. Hierárquico, disciplinar, regulamentar e de polícia. Uso e abuso do poder.....	53
Regime jurídico-administrativo. Conceito. Princípios expressos e implícitos da administração pública.....	65
Responsabilidade civil do Estado. Evolução histórica. Responsabilidade civil do Estado no direito brasileiro. Responsabilidade por ato comissivo do Estado. Responsabilidade por omissão do Estado. Requisitos para a demonstração da responsabilidade do Estado. Causas excludentes e atenuantes da responsabilidade do Estado. Reparação do dano. Direito de regresso	84
Serviços Públicos. Conceito. Elementos constitutivos. Formas de prestação e meios de execução. Delegação. Concessão, permissão e autorização. Classificação. Princípios.....	92
Organização Administrativa. Centralização, descentralização, concentração e desconcentração. Administração direta e indireta. Autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista. Entidades paraestatais e terceiro setor. Serviços sociais autônomos, entidades de apoio, organizações sociais, organizações da sociedade civil de interesse público.....	113
Controle da Administração Pública. Controle exercido pela administração pública. Controle judicial. Controle legislativo.....	119
Improbidade administrativa	128
Exercícios	137
Gabarito.....	141

SUMÁRIO

DIREITO CONSTITUCIONAL

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.....	1
Aplicabilidade das normas constitucionais. Normas de eficácia plena, contida e limitada.	
Normas programáticas	121
Direitos e garantias fundamentais. Direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais, direitos de nacionalidade, direitos políticos, partidos políticos.....	121
Organização político-administrativa do Estado. Estado federal brasileiro, União, Estados, Distrito Federal, Municípios e Territórios	146
Administração Pública. Disposições gerais, servidores públicos.....	154
Poder Executivo. Atribuições e responsabilidades do presidente da República.....	159
Poder Legislativo. Estrutura. Funcionamento e atribuições. Processo legislativo. Processo legislativo federal: conceito, espécies normativas, modalidades, fases. Processo legislativo estadual, distrital e municipal: normas constitucionais federais aplicáveis. Fiscalização contábil, financeira e orçamentária. Comissões parlamentares de inquérito	161
Poder Judiciário. Disposições gerais.....	169
Funções essenciais à Justiça. Ministério Público, advocacia pública.....	171
Controle de constitucionalidade. Controle judicial de constitucionalidade: conceito, histórico, sistemas, pressupostos, modalidades, órgãos competentes, sujeitos legitimados, objetos de controle, tipos de inconstitucionalidade, parâmetros de controle, formalidades, procedimentos, julgamentos, decisões, efeitos das decisões, técnicas de decisão, segurança e estabilidade das decisões. Súmula vinculante. Reclamação constitucional. Controle não judicial de constitucionalidade: órgãos, institutos e procedimentos. Controle de constitucionalidade nos estados e no Distrito Federal.....	176
Ordem econômica e financeira. Finanças públicas.....	181
Constituição do Estado de Mato Grosso e suas emendas.....	213
Exercícios	302
Gabarito	309

DIREITO TRIBUTÁRIO

Sistema Tributário Nacional.....	1
Princípios do direito tributário.	2
Limitações do poder de tributar.	3
Repartição das receitas tributárias.	5
Tributo. Conceito. Natureza jurídica. Espécies. Imposto. Taxa. Contribuição de melhoria. Empréstimo compulsório. Contribuições.	7
Competência tributária. Classificação. Exercício da competência tributária. Capacidade tributária ativa. Imunidade tributária. Distinção entre imunidade, isenção e não incidência. Imunidades em espécie.	12
Fontes do Direito Tributário. Constituição Federal de 1988. Leis complementares. Leis ordinárias e atos equivalentes. Tratados internacionais. Atos do poder executivo federal com força de lei material. Atos exclusivos do poder legislativo. Convênios. Decretos regulamentares. Normas complementares.	15
Vigência, aplicação, interpretação e integração da legislação tributária.	19



Obrigação tributária. Definição e natureza jurídica. Obrigação principal e acessória. Fato gerador. Sujeito ativo. Sujeito passivo. Solidariedade. Capacidade tributária. Domicílio tributário. Responsabilidade tributária. Responsabilidade dos sucessores. Responsabilidade de terceiros. Responsabilidade por infrações.	21
Crédito tributário. Constituição de crédito tributário. Lançamento. Modalidades de lançamento. Suspensão do crédito tributário. Extinção do crédito tributário. Exclusão de crédito tributário. Garantias e privilégios do crédito tributário. Renúncia de Receitas Tributárias.	28
Administração Tributária. Fiscalização. Dívida ativa. Certidões negativas.	40
Impostos da União.	43
Impostos dos Estados e do Distrito Federal.	45
Impostos dos Municípios.	48
Exercícios	49
Gabarito	57

DIREITO CIVIL

Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. Vigência, aplicação, obrigatoriedade, interpretação e integração das leis. Conflito das leis no tempo. Eficácia das leis no espaço	1
Pessoas naturais. Conceito. Início da pessoa natural. Personalidade. Capacidade. Direitos da personalidade	24
Pessoas jurídicas. Disposições gerais. Constituição. Extinção. Sociedades de fato. Associações. Fundações.....	39
DOMICÍLIO.....	54
Bens imóveis, móveis e públicos.....	60
Fato jurídico. Negócio jurídico. Disposições gerais. Invalidade	69
Prescrição. Disposições gerais. Decadência	89
Obrigações. Características. Adimplemento pelo pagamento. Inadimplemento das obrigações - disposições gerais e mora	99
Contratos. Princípios. Contratos em geral. Disposições gerais	127
Responsabilidade civil objetiva e subjetiva. Obrigação de indenizar. Dano material. Dano moral.....	141
Formas de direito de exploração de propriedades (posse, usufruto, contratos de compra e venda, comodato, arrendamento, inventários	151
Exercícios	180
Gabarito	190

DIREITO EMPRESARIAL

Fundamentos do Direito Empresarial. Origem e evolução histórica, autonomia, fontes e características	1
Teoria da empresa.....	6
Empresário. Conceito, caracterização, inscrição, capacidade; empresário individual; pequeno empresário.....	9
Lei Complementar no 123/2006 e suas alterações (microempresa e empresa de pequeno porte)	16
Prepostos do empresário	72

SUMÁRIO

Institutos complementares. Nome empresarial, estabelecimento empresarial, escrituração	74
Registro de empresa. Órgãos de registro de empresa. Atos de registro de empresa. Processo decisório do registro de empresa. Inatividade da empresa. Empresário irregular	86
Direito Societário. Sociedade empresária. Conceito, terminologia, ato constitutivo	89
Sociedades simples e empresárias	91
Personalização da sociedade empresária	92
Classificação das sociedades empresárias	92
Sociedade irregular	93
Teoria da desconconsideração da personalidade jurídica. Desconconsideração inversa	94
Regime jurídico dos sócios	98
Sociedade limitada	110
Sociedade anônima	115
Lei no 6.404/1976 e suas alterações	116
Sociedade em nome coletivo	201
Sociedade em comandita simples	201
Sociedade em comandita por ações	202
Operações societárias. Transformação, incorporação, fusão e cisão	203
Relações entre sociedades. Coligações de sociedades grupos societários, consórcios, sociedade subsidiária integral, sociedade de propósito específico	205
Dissolução, liquidação e extinção das sociedades	206
Responsabilização objetiva e subjetiva de pessoa jurídica	209
Exercícios	211
Gabarito	229

NOÇÕES DE DIREITO PENAL

Princípios básicos	1
Aplicação da lei penal. A lei penal no tempo e no espaço. Tempo e lugar do crime. Lei penal excepcional, especial e temporária. Territorialidade e extraterritorialidade da lei penal. Interpretação da lei penal. Analogia.	3
Pena cumprida no estrangeiro. Eficácia da sentença estrangeira. Contagem de prazo. Frações não computáveis da pena.	5
Irretroatividade da lei penal.	5
Conflito aparente de normas penais	6
O fato típico e seus elementos. Crime consumado e tentado. Pena da tentativa. Ilícitude e causas de exclusão. Excesso punível. Culpabilidade. Elementos e causas de exclusão. Imputabilidade penal. Concurso de pessoas	7
Concurso de crimes	22
Crimes contra a fé pública	23
Crimes contra a administração pública	35
Crimes contra a ordem tributária (Lei nº 8.137/1990).	30
Crimes contra as finanças públicas (Lei Federal nº 10.028/2000)	34
Disposições constitucionais aplicáveis ao Direito Penal	38
Exercícios	39
Gabarito	45



CONTABILIDADE GERAL

Resolução de situações-problema, envolvendo: adição, subtração, multiplicação, divisão potenciação ou radiciação com números reais, nas suas possíveis representações	1
Mínimo múltiplo comum. Máximo divisor comum.....	9
Porcentagem	11
Razão e proporção	13
Regra de três simples ou composta	16
Equações do 1.º ou do 2.º grau	17
Sistema de equações do 1.º grau.....	23
Grandezas e medidas – quantidade, tempo, comprimento, superfície, capacidade em massa	27
Relação entre grandezas – tabela ou gráfico.....	31
Tratamento da informação – médias aritméticas.....	33
Noções de Geometria – forma, ângulos, área, perímetro, volume, Teoremas de Pitágoras ou de Tales	36
Princípios de contagem	50
Probabilidade.....	53
Operações com conjuntos.....	55
Raciocínio Lógico envolvendo problemas aritméticos, geométricos e matriciais.....	63
Exercícios	92
Gabarito	100

CONTABILIDADE DE CUSTOS

Conceitos gerais e terminologia aplicável à contabilidade de custos.	1
Conceitos e classificação dos custos.	5
Apropriação dos custos à produção. Conceito e critérios de atribuição dos custos.	8
Departamentalização. Conceito, tratamento contábil, forma de apropriação e impacto no custo do produto.	13
Taxa de aplicação dos custos indiretos de produção.	15
Apuração da produção acabada, dos produtos em elaboração e dos produtos vendidos.	15
Utilização de equivalentes de produção.	16
Tipos de produção. Conceito, aplicabilidade, tratamento contábil e apropriação dos custos. Produção por ordem, produção contínua, produção conjunta.	16
Tipos de custeio. Conceitos, diferenciações, apropriação dos custos, impactos nos resultados.	20
Formas de controle dos custos.	30
Custos estimados. Conceito, tratamento contábil, análise das variações.	30
Custos controláveis. Conceito, tratamento contábil e aplicação	31
Custo padrão. Conceito, tratamento contábil, aplicação e análises das variações.	31
Margem de contribuição. Conceito, cálculos e aplicação.	36
Análise da Contabilidade de Custos custo × volume × lucro. Variações do ponto de equilíbrio Grau de alavancagem operacional. Margem de segurança.....	38
Exercícios	45
Gabarito	51

SUMÁRIO

AUDITORIA

Normas Brasileiras de Contabilidade de Auditoria - NBC TA e NBC PA.	1
Amostragem em Auditoria. NBC TA 530, aprovada pela Resolução CFC no 1.222/2009.	4
Testes de observância.	17
Testes substantivos.	17
Testes para subavaliação e testes para superavaliação.	17
Evidências de auditoria.	18
Procedimentos de auditoria.	19
Identificação de fraudes na escrita contábil.	20
Demonstrações contábeis sujeitas a auditoria.	22
Auditoria no ativo circulante. Recomposição contábil do fluxo de caixa da empresa.	24
Identificação de saldo credor na conta caixa por falta de emissão de documentos fiscais.	26
Suprimento das disponibilidades sem que haja comprovação quanto à efetiva entrega dos recursos financeiros: aumento do capital social, adiantamentos de clientes, empréstimos de sócios ou de terceiros, operações, prestações ou recebimentos sem origem, alienação de investimentos e bens do ativo imobilizado.	27
Aquisições de mercadorias, bens, serviços e outros ativos não contabilizados e sem comprovação da origem do numerário.	29
Baixa fictícia de títulos não recebidos.	31
Cotejamento de recebíveis com os registros contábeis de receitas.	32
Auditoria no ativo não circulante. Superavaliação na formação dos custos de estoque.	33
Auditoria no ativo realizável a longo prazo. Identificação de origens de recursos fictícias.	34
Auditoria em investimentos.	35
Auditoria no ativo imobilizado. Ativos ocultos.	36
Alienação fictícia de bens.	36
Auditoria no ativo intangível.	37
Auditoria no passivo circulante.	38
Falta de registro contábil dos passivos de curto prazo.	39
Passivos fictícios.	40
Identificação de passivos já pagos e não baixados.	40
Auditoria no passivo não circulante.	41
Auditoria no patrimônio líquido.	42
Aumento do capital social sem comprovação quanto à efetiva entrega dos recursos financeiros.	43
Contabilização de reservas.	44
Subvenções.	46
Auditoria em contas de resultado.	47
Registro de receitas e despesas.	47
Ocultação de receitas.	48
Superavaliação de custos e despesas.	50
Lei Complementar nº 105/2001 (Dispõe sobre sigilo das operações de instituições financeiras e dá outras providências)	51
Exercícios	55
Gabarito	76

SUMÁRIO



GESTÃO DE PROJETOS DE TI

Ciclo PDCA.	1
Gerência de projetos: conceitos básicos.	2
PMBOK 6.	6
COBIT 2019.	16
ITIL 4.	16
Gerenciamento de processos de negócio: técnicas de mapeamento de processos; modelos AS-IS, TO-BE e TO-RUN; técnicas de análise e simulação de processos; construção e mensuração de indicadores de processos	17
Modelagem de processos em BPMN: notação, artefatos e atividades; workflow; BPMS.....	19
Decision model and notation (DMN).....	3
Exercícios	33
Gabarito.....	39

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

Engenharia de software.....	1
Ciclo de vida do software.	1
Análise e projeto de sistemas: padrões, práticas e princípios de orientação a objetos. Design patterns. princípios SOLID. princípios GRASP. Unified process. UML Domain driven design. Arquitetura hexagonal (portas e adaptadores).	2
Metodologias de desenvolvimento de software.	10
Métricas e estimativas de software.	11
Qualidade de software.	12
CMMI-DEV v2.0, (MR-MPS-SW) GUIA GERAL MPS DE SOFTWARE (2021).	13
Engenharia de requisitos: conceitos básicos, técnicas de elicitação e especificação.	13
Metodologias e práticas ágeis. Scrum. XP. Kanban. Especificação por exemplo. Domain-driven design (DDD).	32
Testes de software (unidade, integração, sistema, aceitação, regressão, desempenho, vulnerabilidade, usabilidade e carga).....	35
Criptografia. Conceitos básicos e aplicações. Protocolos criptográficos. Criptografia simétrica e assimétrica. Principais algoritmos.	46
Assinatura digital.	47
Certificado digital.....	47
Desenvolvimento seguro de software: OWASP.....	47
Exercícios	48
Gabarito.....	52

FUNDAMENTOS DE BANCO DE DADOS

Linguagens de definição e manipulação de dados em SGBDs relacionais.	1
Modelagem de dados: modelos relacional e multidimensional.	1
Administração de banco de dados relacionais. Projeto e implantação de SGBDs relacionais. Administração de usuários e perfis de acesso. Controle de proteção, integridade e concorrência. Backup e restauração de dados. Tolerância a falhas e	

SUMÁRIO

continuidade de operação. Monitoramento e otimização de desempenho, cluster de banco de dados.	5
Pipeline de dados: fundamentos, orquestração, integração, ETL, ELT e ferramentas	8
OLAP.....	11
Técnicas de modelagem e otimização de bases de dados multidimensionais.	11
Técnicas para pré-processamento de dados.	12
Processamento distribuído.	13
Data lake	13
Conceitos, arquiteturas, técnicas e tarefas de data mining e data warehouse.	14
Noções de big data: conceito, premissas, análise de dados e aplicações	19
Ecossistema Hadoop: conceitos, arquitetura, componentes e implantação.	24
Spark: conceitos, arquitetura e aplicações.	24
Bancos de dados não relacionais: fundamentos, administração, desempenho e configuração (Key/Value, orientados a documentos e grafos).	25
Exercícios	26
Gabarito	32

CIÊNCIAS DE DADOS

Fundamentos. Classificação	1
Coleta, tratamento, armazenamento, integração e recuperação de dados	1
Regras de associação	2
Modelagem relacional e multidimensional	3
Aprendizagem de máquina: fundamentos, principais algoritmos e métricas de desempenho.....	5
Regressão linear	6
Regressão logística	6
Análise de agrupamentos (clusterização). Classificação	7
Deteção de anomalias	7
Modelagem preditiva	8
Visão computacional	8
Mineração de texto	9
Redes neurais artificiais	9
Deep learning	10
Visualização e análise exploratória de dados	10
Business intelligence.....	11
Ferramentas de análise: Oracle BIEE, Oracle Data Visualization, QlikView e PowerBI	11
Exercícios	12
Gabarito	14

SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

Fundamentos. Confidencialidade, integridade, disponibilidade, autenticidade e não repúdio.....	1
Classificação e controle dos ativos de informação	1
Políticas de segurança	1
Políticas de classificação da informação.....	3
Sistemas de gestão de segurança da informação	6
Noções de Criptografia, Assinatura Digital, Certificação Digital e Autenticação	8



Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), Lei nº 13.709/2018	24
Exercícios	46
Gabarito	51

DIREITO ADMINISTRATIVO E ÉTICO NO SERVIÇO PÚBLICO - LEGISLAÇÃO

Improbidade administrativa. Lei nº 8.429/1992.	01
Direito de acesso à informação no Brasil: normas constitucionais, Lei nº 12.527/2011	16
Decreto nº 7.724/2012 (regulamenta a Lei nº 12.527/2011)	27
Decreto nº 8.777/2016 (institui a Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal)	43
Tratamento de dados pessoais pelo Poder Público: Capítulos II e IV da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD)	46
Processo administrativo. Lei Estadual nº 7.692, de 1º de julho de 2002 (Regula o Processo Administrativo no âmbito da Administração Pública Estadual)	46
Lei Complementar Estadual nº 112, de 1º de julho de 2002	58
Lei Complementar nº 04, de 15 de outubro de 1990	62
Exercícios	100
Gabarito	110

DIREITO TRIBUTÁRIO - LEGISLAÇÃO

Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações (Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte)	1
Resolução CGSN nº 140/2018 (Dispõe sobre o Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte).	57
Lei Complementar nº 116/2003 e suas alterações (dispõe sobre o ISSQN).	134
Lei Complementar nº 160/2017 (Dispõe sobre convênio que permite aos estados e ao distrito federal deliberar sobre a remissão dos créditos tributários, constituídos ou não, decorrentes das isenções, dos incentivos e dos benefícios fiscais ou financeiro-fiscais instituídos em desacordo com o disposto no Art. 155, § 2º, inciso XII, alínea g, da Constituição Federal de 1988, e a reinstituição das respectivas isenções, incentivos e benefícios fiscais ou financeiro-fiscais.	138
Lei Complementar nº 192/2022. Define os combustíveis sobre os quais incidirá uma única vez o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), ainda que as operações se iniciem no exterior; e dá outras providências.	142
Lei Complementar nº 194/2022. Altera a Lei nº 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), e a Lei Complementar nº 87/1996 (Lei Kandir), para considerar bens e serviços essenciais os relativos aos combustíveis, à energia elétrica, às comunicações e ao transporte coletivo, e as Leis Complementares nº 192/2022 e nº 159/2017.	145
Lei Complementar nº 87/1996 (Dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras	

SUMÁRIO

providências (Lei Kandir)).	151
Lei Complementar nº 24/1975 (Dispõe sobre os convênios para a concessão de isenções do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias, e dá outras providências).	165
Resolução nº 13/ 2012, do Senado Federal	167
Resolução do Senado Federal nº 95/1996	167
Resolução do Senado Federal nº 22/1989.	168
Exercícios	168
Gabarito	172

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA ESTADUAL

Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS:	
Lei nº 7.098/1998 e atualizações	01
Decreto nº 2.212/2014 (RICMS 2014)	64
Benefícios Fiscais vigentes no âmbito do Estado de Mato Grosso e Programas de Desenvolvimento	65
Legislação Tributária Estadual do ICMS	65
Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores-IPVA e dá outras providências - IPVA: Lei nº 7.301/2000 (Institui o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA e dá outras providências).	66
Lei nº 8.069/2004. (Autoriza o Poder Executivo a reduzir a base de cálculo do IPVA nas condições que especifica e dá outras providências)	76
Legislação Tributária Estadual do IPVA	77
Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação, de quaisquer Bens ou Direitos - I TCD: Lei nº 7.850/2002 e decreto regulamentador	78
Legislação Tributária Estadual do ITCMD	115
Fundo de Transporte e Habitação - FETHAB: Lei nº 7.263/2000 e decreto regulamentador	115
Legislação Estadual do FETHAB	159

SUMÁRIO



Língua Portuguesa

Compreender um texto trata da análise e decodificação do que de fato está escrito, seja das frases ou das ideias presentes. Interpretar um texto, está ligado às conclusões que se pode chegar ao conectar as ideias do texto com a realidade. Interpretação trabalha com a subjetividade, com o que se entendeu sobre o texto.

Interpretar um texto permite a compreensão de todo e qualquer texto ou discurso e se amplia no entendimento da sua ideia principal. Compreender relações semânticas é uma competência imprescindível no mercado de trabalho e nos estudos.

Quando não se sabe interpretar corretamente um texto pode-se criar vários problemas, afetando não só o desenvolvimento profissional, mas também o desenvolvimento pessoal.

Busca de sentidos

Para a busca de sentidos do texto, pode-se retirar do mesmo os **tópicos frasais** presentes em cada parágrafo. Isso auxiliará na apreensão do conteúdo exposto.

Isso porque é ali que se fazem necessários, estabelecem uma relação hierárquica do pensamento defendido, retomando ideias já citadas ou apresentando novos conceitos.

Por fim, concentre-se nas ideias que realmente foram explicitadas pelo autor. Textos argumentativos não costumam conceder espaço para divagações ou hipóteses, supostamente contidas nas entrelinhas. Deve-se ater às ideias do autor, o que não quer dizer que o leitor precise ficar preso na superfície do texto, mas é fundamental que não sejam criadas suposições vagas e inespecíficas.

Importância da interpretação

A prática da leitura, seja por prazer, para estudar ou para se informar, aprimora o vocabulário e dinamiza o raciocínio e a interpretação. A leitura, além de favorecer o aprendizado de conteúdos específicos, aprimora a escrita.

Uma interpretação de texto assertiva depende de inúmeros fatores. Muitas vezes, apressados, descuidamos dos detalhes presentes em um texto, achamos que apenas uma leitura já se faz suficiente. Interpretar exige paciência e, por isso, sempre releia o texto, pois a segunda leitura pode apresentar aspectos surpreendentes que não foram observados previamente. Para auxiliar na busca de sentidos do texto, pode-se também retirar dele os **tópicos frasais** presentes em cada parágrafo, isso certamente auxiliará na apreensão do conteúdo exposto. Lembre-se de que os parágrafos não estão organizados, pelo menos em um bom texto, de maneira aleatória, se estão no lugar que estão, é porque ali se fazem necessários, estabelecendo uma relação hierárquica do pensamento defendido, retomando ideias já citadas ou apresentando novos conceitos.

Concentre-se nas ideias que de fato foram explicitadas pelo autor: os textos argumentativos não costumam conceder espaço para divagações ou hipóteses, supostamente contidas nas entrelinhas. Devemos nos ater às ideias do autor, isso não quer dizer que você precise ficar preso na superfície do texto, mas é fundamental que não criemos, à revelia do autor, suposições vagas e inespecíficas. Ler com atenção é um exercício que deve ser praticado à exaustão, assim como uma técnica, que fará de nós leitores proficientes.

Diferença entre compreensão e interpretação

A compreensão de um texto é fazer uma análise objetiva do texto e verificar o que realmente está escrito nele. Já a interpretação imagina o que as ideias do texto têm a ver com a realidade. O leitor tira conclusões subjetivas do texto.

Gêneros Discursivos

Romance: descrição longa de ações e sentimentos de personagens fictícios, podendo ser de comparação com a realidade ou totalmente irreal. A diferença principal entre um romance e uma novela é a extensão do texto, ou seja, o romance é mais longo. No romance nós temos uma história central e várias histórias secundárias.



Raciocínio Lógico

Raciocínio lógico é o modo de pensamento que elenca hipóteses, a partir delas, é possível relacionar resultados, obter conclusões e, por fim, chegar a um resultado final.

Mas nem todo caminho é certo, sendo assim, certas estruturas foram organizadas de modo a analisar a estrutura da lógica, para poder justamente determinar um modo, para que o caminho traçado não seja o errado. Veremos que há diversas estruturas para isso, que se organizam de maneira matemática.

A estrutura mais importante são as **proposições**.

Proposição: declaração ou sentença, que pode ser verdadeira ou falsa.

Ex.: Carlos é professor.

As proposições podem assumir dois aspectos, verdadeiro ou falso. No exemplo acima, caso Carlos seja professor, a proposição é verdadeira. Se fosse ao contrário, ela seria falsa.

Importante notar que a proposição deve afirmar algo, acompanhado de um verbo (é, fez, não notou e etc). Caso a nossa frase seja “Brasil e Argentina”, nada está sendo afirmado, logo, a frase **não é uma proposição**.

Há também o caso de certas frases que podem ser ou não proposições, dependendo do contexto. A frase “ $N > 3$ ” só pode ser classificada como verdadeira ou falsa caso tenhamos algumas informações sobre N, caso contrário, nada pode ser afirmado. Nestes casos, chamamos estas frases de sentenças abertas, devido ao seu caráter imperativo.

O processo matemático em volta do raciocínio lógico nos permite deduzir diversas relações entre declarações, assim, iremos utilizar alguns símbolos e letras de forma a exprimir estes encadeamentos.

As proposições podem ser substituídas por letras minúsculas (p.ex.: a, b, p, q, ...)

Seja a proposição p: Carlos é professor

Uma outra proposição q: A moeda do Brasil é o Real

É importante lembrar que nosso intuito aqui é ver se a proposição se classifica como verdadeira ou falsa.

Podemos obter novas proposições relacionando-as entre si. Por exemplo, podemos juntar as proposições p e q acima obtendo uma única proposição “Carlos é professor e a moeda do Brasil é o Real”.

Nos próximos exemplos, veremos como relacionar uma ou mais proposições através de conectivos.

Existem cinco conectivos fundamentais, são eles:

\wedge : e (aditivo) conjunção

Posso escrever “Carlos é professor e a moeda do Brasil é o Real”, posso escrever $p \wedge q$.

v: ou (um ou outro) ou disjunção

$p \vee q$: Carlos é professor ou a moeda do Brasil é o Real

$\dot{\vee}$: “ou” exclusivo (este ou aquele, mas não ambos) ou disjunção exclusiva (repare o ponto acima do conectivo).

$p \dot{\vee} q$: Ou Carlos é professor ou a moeda do Brasil é o Real (mas nunca ambos)

\neg ou \sim : negação

$\sim p$: Carlos não é professor

\rightarrow : implicação ou condicional (se... então...)

$p \rightarrow q$: Se Carlos é professor, então a moeda do Brasil é o Real

\Leftrightarrow : Se, e somente se (ou bi implicação) (bicondicional)



Matemática Financeira

Em regime de **juros simples** (ou **capitalização simples**), o juro é determinado tomando como base de cálculo o capital da operação, e o total do juro é devido ao credor (aquele que empresta) no final da operação. As operações aqui são de curtíssimo prazo, exemplo: desconto simples de duplicata, entre outros.

No juro simples **o juro** de cada intervalo de tempo sempre é calculado sobre o **capital inicial** emprestado ou aplicado.

- Os juros são representados pela letra **J**.
- O dinheiro que se deposita ou se empresta chamamos de capital e é representado pela letra **C** (capital) ou **P** (principal) ou **VP** ou **PV** (valor presente) *.
- O tempo de depósito ou de empréstimo é representado pela letra **t** ou **n**.*
- A taxa de juros é a razão centesimal que incide sobre um capital durante certo tempo. É representado pela letra **i** e utilizada para calcular juros.

***Varia de acordo com a literatura estudada.**

Chamamos de simples os juros que são somados ao capital inicial no final da aplicação.

Devemos sempre relacionar taxa e tempo numa mesma unidade:		
Taxa anual	⇒	Tempo em anos
Taxa mensal	⇒	Tempo em meses
Taxa diária	⇒	Tempo em dias
E assim sucessivamente		

Exemplo

1) Uma pessoa empresta a outra, a juros simples, a quantia de R\$ 4.000,00, pelo prazo de 5 meses, à taxa de 3% ao mês. Quanto deverá ser pago de juros?

Resposta

- Capital aplicado (**C**): R\$ 4.000,00
- Tempo de aplicação (**t**): 5 meses
- Taxa (**i**): 3% ou 0,03 a.m. (= ao mês)

Fazendo o cálculo, mês a mês:

- No final do 1º período (1 mês), os juros serão: $0,03 \times \text{R\$ } 4.000,00 = \text{R\$ } 120,00$
- No final do 2º período (2 meses), os juros serão: $\text{R\$ } 120,00 + \text{R\$ } 120,00 = \text{R\$ } 240,00$
- No final do 3º período (3 meses), os juros serão: $\text{R\$ } 240,00 + \text{R\$ } 120,00 = \text{R\$ } 360,00$
- No final do 4º período (4 meses), os juros serão: $\text{R\$ } 360,00 + \text{R\$ } 120,00 = \text{R\$ } 480,00$
- No final do 5º período (5 meses), os juros serão: $\text{R\$ } 480,00 + \text{R\$ } 120,00 = \text{R\$ } 600,00$

Desse modo, no final da aplicação, deverão ser pagos R\$ 600,00 de juros.



Estatística

— Estatística Descritiva

O objetivo estatístico descritivo é sintetizar as principais características de um conjunto de dados usando tabelas, gráficos e resumos numéricos.

As estatísticas estão se tornando uma importante ferramenta de apoio à decisão todos os dias. Resumindo: É um conjunto de métodos e técnicas que ajudam a tomar decisões em meio à incerteza.

Estatística descritiva (Dedutiva)

O objetivo da Estatística Descritiva é resumir as principais características de um conjunto de dados por meio de tabelas, gráficos e resumos numéricos. Fazemos uso de:

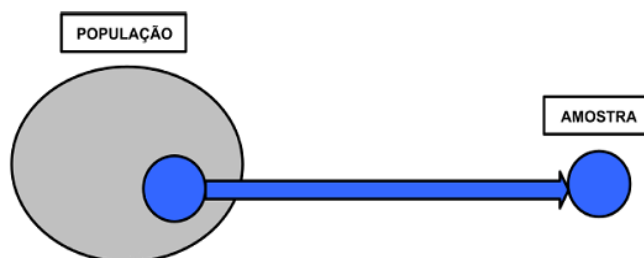
- Tabelas de frequência: ao dispor de uma lista volumosa de dados, as tabelas de frequência servem para agrupar informações de modo que estas possam ser analisadas. As tabelas podem ser de frequência simples ou de frequência em faixa de valores.
- Gráficos: o objetivo da representação gráfica é dirigir a atenção do analista para alguns aspectos de um conjunto de dados. Alguns exemplos de gráficos são: diagrama de barras, diagrama em setores, histograma, boxplot, ramo-e-folhas, diagrama de dispersão, gráfico sequencial.
- Resumos numéricos: por meio de medidas ou resumos numéricos podemos levantar importantes informações sobre o conjunto de dados tais como: a tendência central, variabilidade, simetria, valores extremos, valores discrepantes, etc.

Estatística inferencial (Indutiva)

Usar informações incompletas para tomar decisões e tirar conclusões satisfatórias. A base do método estatístico lógico é o cálculo de probabilidades. Usamos:

- Estimação: a técnica consiste em utilizar um conjunto de dados incompletos, ao qual iremos chamar de amostra, e nele calcular estimativas de quantidades de interesse. Estas estimativas podem ser pontuais (representadas por um único valor) ou intervalares.
- Teste de Hipóteses: o fundamento é levantar suposições acerca de uma quantidade não conhecida e utilizar, também, dados incompletos para criar uma regra de escolha.

População e amostra



- População: conjunto de todas as unidades sobre as quais há o interesse de investigar uma ou mais características.

Variáveis e suas classificações

- Qualitativas: quando seus valores são expressos por atributos: sexo (masculino ou feminino), cor da pele, entre outros. Dizemos que estamos qualificando.



Economia

Economia é a ciência social que estuda como fatores de produção (limitados), serão alocados na sociedade para satisfazer as necessidades humanas que são infinitas. Assim, a Economia enfrenta três problemas básicos e fundamentais:

- O que e quanto produzir – Com a limitação dos recursos, a sociedade precisa escolher quais produtos serão produzidos e a quantidade adequada;
- Como produzir – A decisão de como produzir deve levar em consideração métodos para desenvolver produtos com maior qualidade, em larga escala e com menor custo possível.
- Para quem produzir – Escolhas também devem ocorrer em relação a que parcela da sociedade participará do consumo dessa produção.

A ciência econômica é dividida em Macroeconomia e microeconomia. A microeconomia é o ramo que estuda o comportamento individual dos agentes econômicos compradores e vendedores, dentro de um determinado mercado. Já a Macroeconomia estuda o funcionamento de toda a economia, utilizando de variáveis para mensurar volume de produção, nível de emprego, nível de preços e a relação da economia nacional com o resto do mundo.



Teoria elementar de equilíbrio do mercado

O equilíbrio de mercado existe quando a quantidade de bens e serviços ofertadas pelos vendedores é a mesma quantidade de bens ou serviços demandadas pelos consumidores. Nessa teoria há uma coincidência entre as necessidades, de venda e compra. Porém, esse é um modelo para um mercado de concorrência perfeita, que não funciona na economia real.



Fatores que influenciam a oferta e a procura por bens e serviços

A oferta é a quantidade de um bem ou serviço que os produtores estão dispostos a produzir e vender por um determinado preço. Existem alguns fatores que influenciam a oferta por bens e serviços, os principais são:

- Oportunidade do produtor/vendedor colocar produtos em maior quantidade no mercado;
- Tecnologia que permite um melhor desempenho na produtividade;
- Capacidade instalada da empresa, que quanto maior, terá mais condições de produzir em escala;
- Preço dos insumos, que altera o valor final do produto;
- Previsões favoráveis na economia, gerando expectativas no aumento da demanda, permitindo que o produtor/vendedor coloque mais produtos no mercado;
- Influências especiais de datas comemorativas e eventos etc.

A demanda é a quantidade de um bem ou serviço que os consumidores desejam adquirir por um determinado preço. A demanda pode ser afetada por alguns fatores:

- Aumento na renda da população, favorecendo um aumento na demanda e vice versa;
- Condições favoráveis ao crédito, que permite mais acesso aos bens e serviços;
- Crescimento da população consumidora;
- Preço dos bens relacionados (bens substitutos e complementares);
- Gosto e preferência dos consumidores;
- Influências especiais, como datas festivas;



História e Geografia de Mato Grosso

Período Colonial

Os bandeirantes: escravidão indígena e exploração do ouro;

No início da colonização, na Capitania de São Vicente, os engenhos de açúcar prosperaram. Entretanto, esse empreendimento não resistiu perante o polo açucareiro do Nordeste.

Durante o século XVII, o limite territorial entre Portugal e Espanha, estabelecido pelo Tratado de Tordesilhas, deixou de fazer sentido. O território português, limitado ao litoral e ao sertão nordestino, foi ampliado graças a diversos fatores.

O bandeirantismo foi o conjunto de ações empreendidas pelos habitantes da Capitania de São Vicente rumo ao interior; habitantes da Vila de São Paulo de Piratininga, capital de São Vicente, de onde partiam as expedições. Essa região era afastada das relações mercantilistas que uniam a Metrópole e a colônia. Os habitantes da Capitania de São Vicente foram os responsáveis pela exploração do interior do Brasil e contribuíram de forma decisiva para o crescimento territorial do Brasil.

Um tratado de limites, intitulado Tordesilhas, foi firmado dois anos depois do descobrimento da América, em 1494, pelo qual o mundo americano ficou dividido em duas partes, cabendo a Portugal as terras que se situassem até 360 léguas a Leste das Ilhas de Cabo Verde, e cabendo à Espanha as do lado Oeste desse limite.

Entradas e Bandeiras

Entradas - organizadas pelo governo, tinham financiamento público, geralmente procuravam respeitar os limites do Tratado de Tordesilhas e a maioria das expedições realizadas partiam da capital do Brasil na época, Salvador, na Bahia ou até mesmo de Pernambuco. Se preocupavam mais com a prospecção do território e de metais preciosos.

Bandeiras - expedições particulares e não respeitavam os limites de Tordesilhas, geralmente partiam da Vila de São Paulo de Piratininga, na Capitania de São Vicente (hoje São Paulo). Se dedicavam também ao apresamento de índios para escravização.

O bandeirantismo prospector eram realizadas para a busca de metais e pedras preciosas. A busca de ouro era uma preocupação constante da Coroa portuguesa. Os governadores da metrópole organizaram diversas expedições que foram chamadas de Entradas. Dentre as várias expedições realizadas em busca de ouro, destacam-se as realizadas por Fernão Dias Paes Leme, Borba Gato, Garcia Rodrigues Paes e Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera. Essas bandeiras penetraram o interior da região central do Brasil (Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso).

Já o bandeirantismo apresador era empreendido para aprisionar (alguns autores usam expressões como apreiar, apresar ou mesmo cativar) os indígenas. Estes já habitavam ou fugiram das regiões litorâneas dominadas pelos portugueses. Essas bandeiras atacavam as aldeias ou as missões (reduções) jesuítas para escravizar os índios. Os indígenas capturados eram vendidos para as regiões açucareiras, mas eram sobretudo empregados nas plantações dos colonos paulistas. As bandeiras iniciaram-se ainda no final do século XVI e prosseguiram até meados do século XVII.

As Descidas eram expedições realizadas pelos jesuítas buscando índios para as suas missões ou reduções.

As primeiras incursões no território do Mato Grosso datam de 1525, quando Pedro Aleixo Garcia vai em direção à Bolívia, seguindo as águas dos rios Paraná e Paraguai. Depois, portugueses e espanhóis são atraídos à região, devido aos rumores de que haveria muita riqueza naquelas terras, que ainda não estavam exploradas devidamente. Também vieram jesuítas espanhóis, que criaram Missões entre os rios Paraná e Paraguai, com o objetivo de assegurar os limites de Portugal, já que as terras estavam nos limites da Espanha.

Exploração do ouro

Antônio Pires de Campos, foi primeiro bandeirante a dar notícia sobre a região do Mato Grosso, que em 1718, explorou o ribeirão Mutuca e o rio Coxipó, até o encontro com o rio Cuiabá. Pires de Campos não encon



Ética e Filosofia

Etimologicamente, a palavra “filosofia” é formada pelas palavras gregas *philos* e *sophia*, que significam “amor à sabedoria”.

Filósofo é o amante da sabedoria. Porém, este significado, dura na história pouco tempo. Em Heródoto, em Tucídides, talvez nos pré-socráticos, uma ou outra vez, durante pouco tempo, tem este significado primitivo de amor à sabedoria. Imediatamente, passa a ter outro significado: significa a própria sabedoria. Assim, já nos primeiros tempos da autêntica cultura grega, filosofia significa, não o simples afã ou o simples amor à sabedoria, mas a própria sabedoria.

O verbo filosofar pode ser usado com significados distintos:

- a) mero sinônimo de pensar, significado bastante amplo para os fins deste estudo;
- b) sinônimo de saber viver conforme a virtude, isto é, filosofar é viver com sabedoria, ideia que se aproxima mais do que será focado;
- c) filosofia propriamente dita, originária com mais força na Grécia em torno dos séculos VI a V a.C., quando se começou a repensar a natureza, o ser humano e as divindades sob uma perspectiva crítica.

A profundidade das discussões filosóficas fica bem compreendida no início da obra *O Mundo de Sofia*, de Jostein Gaarder:

“O melhor meio de se aproximar da filosofia é fazer perguntas filosóficas: como o mundo foi criado? Será que existe sentido por detrás do que ocorre? Há vida depois da morte? Como podemos responder a estas perguntas? E, principalmente: como devemos viver? Essas perguntas têm sido feitas pelas pessoas de todas as épocas. Não conhecemos nenhuma cultura que não tenha perguntado quem é o ser humano e de onde veio o mundo.

Basicamente, não há muitas perguntas filosóficas para se fazer.

Já fizemos algumas das mais importantes. Mas a história nos mostra diferentes respostas para cada uma dessas perguntas que estamos fazendo. É mais fácil, portanto, fazer perguntas filosóficas do que respondê-las. Da mesma forma, hoje em dia cada um de nós deve encontrar a sua resposta para estas perguntas.

[...] Mesmo que seja difícil responder a uma pergunta, isto não significa que ela não tenha uma e só uma resposta certa”.

O saber filosófico é apenas uma entre as muitas espécies de saberes, que não merecem ser desmerecidos. Quer dizer, o ser humano pode obter diversas espécies de conhecimento, destacando-se:

- a) conhecimento empírico ou sensorial, que se dá pelos sentidos, pela percepção física dos objetos materiais;
- b) conhecimento lógico ou intelectual, que se obtém pelo raciocínio, no sentido de que a combinação dos dados permite analisar, comparar, articular e unir, gerando conceitos, definições e leis indispensáveis ao entendimento da realidade (predominantemente, é este o tipo de conhecimento buscado pelos filósofos, embora alguns tenham se valido do conhecimento empírico);
- c) conhecimento de fé, que se dá pela crença. Descartes e filósofos como Galileu Galilei colocaram em dúvida as verdades absolutas de cada uma destas espécies de conhecimento

A partir daí passou a ser necessário testar a verdade dos conhecimentos, o que somente seria possível pela correção do raciocínio. Neste sentido, é correto o raciocínio que expressa um juízo positivo ou negativo racionalmente válido.

Por sua vez, o raciocínio pode ser:

- a) indutivo, que parte de casos particulares para concluir uma verdade geral ou universal (ex: ferro, ouro, cobre e prata conduzem eletricidade, logo, metais conduzem eletricidade), muito utilizado nas ciências experimentais;



Direito Administrativo E Ético No Serviço Público

Estado

Conceito, Elementos e Princípios

Adentrando ao contexto histórico, o conceito de Estado veio a surgir por intermédio do antigo conceito de cidade, da polis grega e da civitas romana. Em meados do século XVI o vocábulo Estado passou a ser utilizado com o significado moderno de força, poder e direito.

O Estado pode ser conceituado como um ente, sujeito de direitos, que possui como elementos: o povo, o território e a soberania. Nos dizeres de Vicente Paulo e Marcelo Alexandrino (2010, p. 13), “Estado é pessoa jurídica territorial soberana, formada pelos elementos povo, território e governo soberano”.

O Estado como ente, é plenamente capacitado para adquirir direitos e obrigações. Ademais, possui personalidade jurídica própria, tanto no âmbito interno, perante os agentes públicos e os cidadãos, quanto no âmbito internacional, perante outros Estados.

Vejamos alguns conceitos acerca dos três elementos que compõem o Estado:

POVO: Elemento legitima a existência do Estado. Isso ocorre por que é do povo que origina todo o poder representado pelo Estado, conforme dispões expressamente art. 1º, parágrafo único, da Constituição Federal:

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

O povo se refere ao conjunto de indivíduos que se vincula juridicamente ao Estado, de forma estabilizada.

Entretanto, isso não ocorre com estrangeiros e apátridas, diferentemente da população, que tem sentido demográfico e quantitativo, agregando, por sua vez, todos os que se encontrem sob sua jurisdição territorial, sendo desnecessário haver quaisquer tipos de vínculo jurídico do indivíduo com o poder do Estado.

Com vários sentidos, o termo pode ser usado pela doutrina como sinônimo de nação e, ainda, no sentido de subordinação a uma mesma autoridade política.

No entanto, a titularidade dos direitos políticos é determinada pela nacionalidade, que nada mais é que o vínculo jurídico estabelecido pela Constituição entre os cidadãos e o Estado.

O Direito nos concede o conceito de povo como sendo o conjunto de pessoas que detém o poder, a soberania, conforme já foi explicitado por meio do art. 1º. Parágrafo único da CFB/88 dispondo que “Todo poder emana do povo, que exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”.

TERRITÓRIO: pode ser conceituado como a área na qual o Estado exerce sua soberania. Trata-se da base física ou geográfica de um determinado Estado, seu elemento constitutivo, base delimitada de autoridade, instrumento de poder com vistas a dirigir o grupo social, com tal delimitação que se pode assegurar à eficácia do poder e a estabilidade da ordem.

O território é delimitado pelas fronteiras, que por sua vez, podem ser naturais ou convencionais. O território como elemento do Estado, possui duas funções, sendo uma negativa limitante de fronteiras com a competência da autoridade política, e outra positiva, que fornece ao Estado a base correta de recursos materiais para ação.



PREÂMBULO

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

TÍTULO I

DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

- I - a soberania;
- II - a cidadania
- III - a dignidade da pessoa humana;
- IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; (Vide Lei nº 13.874, de 2019)
- V - o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

- I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;
- II - garantir o desenvolvimento nacional;
- III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
- IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

- I - independência nacional;
- II - prevalência dos direitos humanos;
- III - autodeterminação dos povos;
- IV - não-intervenção;
- V - igualdade entre os Estados;
- VI - defesa da paz;
- VII - solução pacífica dos conflitos;
- VIII - repúdio ao terrorismo e ao racismo;
- IX - cooperação entre os povos para o progresso da humanidade;
- X - concessão de asilo político.

Parágrafo único. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.



Direito Tributário

Os tributos são criados apenas fins de arrecadação e fazer com que o Estado cumpra suas funções no provimento de saúde, educação e segurança. Porém, eles também são utilizados para alterar o funcionamento do mercado e a relação econômica entre as pessoas (físicas e jurídicas).

Assim, os tributos desempenham as seguintes funções:

- **Fiscal** – Quando o Estado cria o tributo com o objetivo de arrecadar recursos para os cofres públicos; como IR, ISS, ICMS, IPVA, IPTU, etc.
- **Extrafiscal** – Quando o tributo é criado para modificar o comportamento dos agentes econômicos, através do aumento ou redução da tributação sobre bens e serviços. Assim, o mercado e as pessoas, em conformidade com a incidência do tributo, aumentarão ou diminuirão o consumo. Por exemplo, Imposto de Importação, Imposto de Exportação, IOF e o IPI.
- **Parafiscal** – Nesse caso, o órgão público que cria o tributo, elege outra entidade para a arrecadação, fiscalização e utilização dos recursos. Por exemplo, contribuições para entidades profissionais e econômicas, como CREA, CRM, CRC e os sistemas conhecidos como “S”; SESC, SESI e SENAI.

Princípios basilares do Sistema Tributário Nacional

O Sistema Tributário Nacional (STN) está previsto na Constituição Federal, como o conjunto de normas que impõem restrições na atuação do poder tributário do Estado; com a finalidade de criar e arrecadar tributos.

Conforme a Constituição Federal de 1988 são destacadas três bases fundamentais:

- a) Limitação ao poder do Estado em tributar (valores estabelecidos dentro de leis e normas).
- b) Princípios da tributação são orientadores da cobrança tributária. Como Legalidade, Não confisco, etc.
- c) Competência dos entes federativos (União, Estados e Municípios), em que cada um reconhece seus impostos e quais devem ser cobrados. Inclusive, a repartição de rendas entre esses entes.

Princípios tributários constitucionais

Princípio da Igualdade ou Isonomia (Art. 150, II, CF) – Não é possível dispensa tratamento diferente para contribuintes que estejam em situações de igualdade; na cobrança ou na dispensa dela. Ou seja, deve haver igualdade entre os iguais e desigualdade entre os desiguais.

Princípio da Irretroatividade Tributária (Art. 150, III, CF) – Os entes não podem cobrar tributos em relação a fatos geradores corridos antes da lei que criou ou aumentou o próprio tributo.

Princípio do Não Confisco (Art. 150, CF) – Os entes federativos não poderão cobrar tributo com valor oneroso a ponto do contribuinte se desfazer de sua capacidade econômica para pagá-lo.

Princípio da Legalidade (Art. 150, II, CF) – Todo tributo depende de lei; todos seus aspectos devem estar descritos na lei, ou seja, na lei deve estar descrito quem vai cobrar o tributo, quem vai pagar, qual valor será cobrado.

Princípio da Anterioridade (Art. 150, III, CF) – Os entes federativos estão proibidos de exigir tributos no mesmo exercício financeiro e antes de corridos 90 dias, a partir da data em que a lei criou ou aumentou o tributo.

Princípio da Liberdade de Tráfego – (Art. 150, CF) – Assegura o direito de ir e vir do contribuinte. O direito de locomoção não pode ser restringido devido a cobrança de impostos (salvo a cobrança de pedágio).

Fundamentos de um sistema tributário que visa a tributação ideal

Um sistema tributário que visa a tributação ideal tem como objetivo principal, respeitar os termos da Constituição Federal.

O sistema ideal deve utilizar a tributação como instrumento de distribuição de renda, de busca pela igualdade social, com um setor produtivo mais competitivo, promovendo o crescimento econômico e a geração de empregos e renda. A tributação deve ser pautada em eficiência e justiça, preservando direitos e buscando obter recursos para atender as demandas da sociedade de forma transparente e igualitária.



— LINDB e Introdução ao Direito Civil Brasileiro

De antemão, infere-se que a LEI de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, ou LINDB, (antes denominada LICC), não faz parte do Código Civil, apesar de se encontrar anexa a esta legislação. Cuidando-se, assim, de um acoplado de normas que possuem como finalidade, disciplinar as próprias normas jurídicas, ou, *lex legum* – norma sobre normas.

Ressalta-se que a legislação em estudo, predispõe condições genéricas para a formação, elaboração, vigência, eficácia, interpretação, integração e aplicação das leis como um todo.

Denota-se que a troca de nomes da LINDB ocorreu com o objetivo de colocar o devido adequamento à aplicação prática, bem como a abrangência real da lei de introdução ao seu aspecto formal pelo nome da ementa.

Desta forma, a Lei n. 12.376/2010 passou a predispor que o decreto é Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, e não somente norma de cunho civil. Nesta seara, a LINDB se dirige ao legislador e aplicador do direito de maneira diferente das demais normas jurídicas, haja vista, estas possuírem o atributo da generalidade e se encontrarem destinadas à toda a sociedade.

Incumbe-se a LINDB de tratar das seguintes situações:

- Da vigência e da eficácia das normas jurídicas;
- Do referente ao conflito de leis no tempo;
- Do conflito de leis no espaço;
- Dos critérios hermenêuticos;
- Do referente aos critérios de integração do ordenamento jurídico;
- Das normas de direito internacional privado, nos moldes dos artigos 7º a 19;
- Das normas de direito público, nos ditames do artigo 20 ao 30.

— Das Fontes do Direito

Podemos conceituar fonte como sendo a origem, ou, formas de expressão do direito. O jurista Miguel Reale conceitua as fontes do direito como sendo os “processos ou meios em virtude dos quais as regras jurídicas se positivam com legítima força obrigatória”. Já o ilustre Hans Kelsen, define a fonte do direito como: “o fundamento de validade da norma jurídica, decorre de uma norma superior, válida”.

Ressalta-se que classificar e dividir as fontes do direito, não é tarefa fácil segundo a doutrina. Sendo assim, a maioria dos doutrinadores edita sua classificação, dividindo-a da seguinte forma:

• **Fontes formais:** São aquelas que se encontram dispostas de forma expressa na LINDB, se dividindo em fontes primárias, que são as leis; e fontes secundárias, que se referem à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

• **Fontes informais:** São aquelas que se encontram dispostas na LINDB, tais como a doutrina, a jurisprudência e equidade.



Direito Empresarial

Empresa

É a atividade econômica organizada de produção e circulação de bens e serviços para o mercado, será exercida pelo empresário, em caráter profissional, através de um complexo de bens».

Direito de Empresa

Com a atualização da nomenclatura e adoção expressa da teoria da empresa, realidade fática indiscutível após a evolução das relações comerciais brasileiras, os dispositivos do Livro II da Lei nº 10.406/02 corrigem a rota da matéria jurídica comercial, em substituição ao entendimento vigente na época do Império, calcado no Code de Commerce da França, onde vigorou a teoria dos atos de comércio. Configurada nos artigos 632 e 633 do Código Francês de 1807, a teoria dos atos de comércio adstringe o comerciante às práticas elencadas no texto legal, vale dizer, comerciante vem a ser aquele que pratica atos de comércio dispostos na lei como tal. Impossível, portanto, coadunar-se a teoria dos atos de comércio com o processo de desenvolvimento verificado desde então, caindo por terra a limitação taxativa das práticas comerciais dado a dinâmica empresarial verificada através dos tempos. 1

Em 1942 foi promulgado o Código Civil Italiano, dispondo com força de lei a teoria da empresa, formulada a partir da observação do panorama evolutivo do direito comercial. Segundo esta teoria, atividade comercial é aquela que visa a obtenção de lucro mediante a organização da força de trabalho, capital e matéria-prima, produzindo e circulando bens e serviços. Este pensamento teórico gradativamente tomou vulto entre juristas dos países participantes do sistema jurídico legalista.

A partir da prevalência desta teoria entre os doutrinadores, a figura do comerciante passa a ser melhor traduzida pela palavra empresário.

Assim, faz-se necessário analisar os vários aspectos da Teoria da Empresa. A carência de bibliografias voltadas ao assunto que incluam o estudo do Direito Empresarial motiva o estudo de novas análises visando sanar as ineficácias na sua aplicação.

Em consequência do cenário exposto, a problemática pode ser sintetizada na seguinte questão: o que é a teoria da empresa no Direito Empresarial? Procurou-se discutir os posicionamentos contraditórios existentes na sua aplicação, as suas características e finalidades, apontando a sua aplicabilidade no ordenamento pátrio, e verificando seus fundamentos e implicações.

A observação dos aspectos metodológicos procura indicar os meios a serem utilizados para atingir os objetivos estabelecidos. As informações referentes ao tema teoria da empresa foram obtidas mediante pesquisa bibliográfica. Do mesmo modo, foram obtidas as informações sobre a sua conceituação. O conceito proposto destina-se a analisar a teoria da empresa no Direito Empresarial e sua interferência no sistema empresarial. Todavia, pode-se realizar e identificar as operações mais complexas e de maior incerteza e que justifiquem maior detalhamento desta teoria para a sua adequada aplicação.

Evolução Histórica

Primeiramente vale destacar que o Direito Empresarial é conhecido como Direito Comercial.

Há uma grande divergência entre doutrinadores do direito, filósofos, sociólogos e antropólogos sobre o nascimento do Direito Comercial. Requião afirma que o direito comercial teve início na Idade Média com o desenvolvimento do tráfico mercantil.

Já para Fernandes, o direito comercial passa pela época romana, fenícios, assírios, babilônicos e os gregos sendo que estes não trouxeram contribuições para o desenvolvimento da matéria.

Alguns historiadores acharam resquícios de normas de direito comercial no Código de Manu, na Índia. No Museu do Louvre, está a pedra em que foi esculpido o Código de Hamurabi, a mais de 2.000 anos a.C., contendo regras que regulavam a atividade mercantil, mas sem configurar um sistema de normas passível de ser chamado de Direito Comercial.

1 http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=2772



Noções de Direito Penal

Princípio da Legalidade

Nenhum fato pode ser considerado crime e nenhuma pena criminal pode ser aplicada sem que antes da ocorrência deste fato exista uma lei definindo-o como crime e cominando-lhe a sanção correspondente (nullum crimen sine praevia lege). Ou seja, a lei precisa existir antes da conduta, para que seja atendido o princípio da legalidade.

Princípio da Reserva Legal

Somente a lei em sentido estrito, emanada do Poder Legislativo, pode definir condutas criminosas e estabelecer sanções penais. Todavia, de acordo com posicionamento do STF, norma não incriminadora (mais benéfica ao réu) pode ser editada por medida provisória. Outro entendimento interessante do STF é no sentido de que no Direito Penal cabe interpretação extensiva, uma vez que, nesse caso a previsão legal encontra-se implícita.

Princípio da Taxatividade

Significa a proibição de editar leis vagas, com conteúdo impreciso. Ou seja, ao dizer que a lei penal precisa respeitar a taxatividade enseja-se a ideia de que a lei tem que estabelecer precisamente a conduta que está sendo criminalizada. No Direito Penal não resta espaço para palavras não ditas.

Princípio da anterioridade da lei penal

Em uma linguagem simples, a lei que tipifica uma conduta precisa ser anterior à conduta.

Na data do fato a conduta já precisa ser considerada crime, mesmo porque como veremos adiante, no Direito Penal a lei não retroage para prejudicar o réu, só para beneficiá-lo.

Ou seja, a anterioridade culmina no princípio da **irretroatividade da lei penal**. Somente quando a lei penal beneficia o réu, estabelecendo uma sanção menos grave para o crime ou quando deixa de considerar a conduta como criminosa, haverá a retroatividade da lei penal, alcançando fatos ocorridos antes da sua vigência.

- 1º fato;
- Depois lei;
- A lei volta para ser aplicada aos fatos anteriores a ela.

Por outro lado, o princípio da irretroatividade determina que se a lei penal não beneficia o réu, não retroagirá. E você pode estar se perguntando, caso uma nova lei deixar de considerar uma conduta como crime o que acontece? **Abolitio criminis**. Nesse caso, a lei penal, por ser mais benéfica ao réu, retroagirá.

No caso das leis temporárias, a lei continua a produzir efeitos mesmo após o fim da sua vigência, caso contrário, causaria impunidade. Não gera abolitio criminis, mas sim uma situação de ultratividade da lei. A lei não está mais vigente, porque só abrangia um período determinado, mas para os fatos praticados no período que estava vigente há punição.

Princípio da individualização da pena

As pessoas são diferentes, os crimes por mais que se enquadrem em um tipo penal, ocorrem de maneira distinta. Assim, a individualização da pena busca se adequar à individualidade de cada um, em 3 fases:

- Legislativa: o legislador ao pensar no crime e nas penas em abstrato precisa ter proporcionalidade para adequar a cominação de punições à gravidade dos crimes;



Conceito

Contabilidade é ciência social que registra fenômenos financeiros e econômicos que estão atrelados com PATRIMÔNIO (bens, direitos e obrigações) da entidade (pode ser pessoa física ou jurídica; exemplo empresa, organização ou cia). Gerar relatórios com interpretação das mudanças que ocorreram com patrimônio da empresa e auxiliando na tomada de decisões pelos usuários.

Objetivo

Objetivo da Contabilidade é estudar e compreender o patrimônio, que é formado por:

- BENS – prédios, veículos, máquinas, estoque, etc;
- DIREITOS – contas a receber (exemplo, cliente que efetua o pagamento) que pode ser de curto ou longo prazo;
- OBRIGAÇÕES – contas a pagar (exemplo, boletos de fornecedores, empréstimos) que são em curto ou longo prazo;

E com identificação das alterações do patrimônio expor os dados aos usuários ligados a entidade (internos e externos) para desenvolver objetivos a organização.

Finalidade

Contabilidade tem finalidade de organizar, analisar e mensurar a riqueza da empresa. Com coleta e registro das mudanças do patrimônio, é possível visualizar o desenvolvimento da organização junto ao mercado.

Além de acompanhar os resultados, compreendendo os dados financeiro é possível a tomada de decisão pelos usuários da entidade. Com atual cenário econômico no mundo, a contabilidade passou a ser importante direcionador de estratégias definindo diretrizes a serem tomadas pelas empresas.

Usuários

Com as informações contábeis analisadas e registradas, os dados para criação de medidas ficam adequadas para os usuários **internos** e **externos**. Que são:

Internos – São aqueles que estão ligados diretamente com empresa, que precisam acompanhar o crescimento, rentabilidade, verificar a criação de projetos. Com os dados os usuários internos podem saber o melhor momento de expansão da empresa, como criação de filial; aumentar folha de pagamento; aumenta ou diminuição dos lucros.

- Sócios e proprietários;
- Acionista;
- Empregados;
- Administradores.

Externos - Esses usuários costumam analisar qual situação da empresa no mercado, eles procuram saber quais as condições financeiras da empresa, tem capacidade de cumprir com suas obrigações para realizar operações de crédito (score), se estão em dia com suas obrigações tributárias. Resumindo, os usuários externos precisam saber se empresa está cumprindo com os seus compromissos para que assim possam negociar.

- Concorrentes;
- Bancos;
- Fornecedores;
- Governo; e
- Investidores.



Contabilidade de Custos

A Contabilidade de Custos¹ é um ramo da contabilidade geral, que mensura e demonstra a composição e o cálculo dos custos, também analisando o resultado por meio de centros ou dos agentes do processo produtivos ou de custos. Seu caráter é de uso interno.

Campo de Aplicação

Está mais ligada ao ramo industrial, cuja atividade preponderante se concentra na transformação da matéria-prima em produto final. Mas com a evolução dos sistemas e métodos de custos, vem ganhando espaço em diversas áreas, como comercial, prestação de serviços e até nas entidades públicas.

A Contabilidade de Custos pode ser dividida em algumas modalidades para facilitar seu uso diário ou em determinado ramo de atividade, como por exemplo:

- **Contabilidade de Custo Sintética:** que realiza a apuração de custos predominantemente industriais ou de prestação de serviços, visando resumir e consolidar os resultados dos cálculos detalhados na alocação por setor;

- **Contabilidade de Custo Analítica:** que realiza a apuração dos custos internos da organização como um todo, não sendo usado apenas para fins contábeis, mas também para fins estratégicos, administrativos, de planejamento, orçamento, controle, desempenho entre outros indicadores;

- **Contabilidade de Custo Setorial:** que realiza a alocação de custos setoriais, totais e unitários;

- **Contabilidade de Custo dos Produtos:** que realiza a apropriação dos custos de transformação aos produtos elaborados, semi-elaborados e em elaboração, como também a apuração do custo total e unitário dos produtos e serviços, para fins gerenciais e administrativos, podendo ainda abranger os custos de distribuição, armazenagem, vendas e administração, incluídos aí os custos financeiros e tributários.

Conceitos Utilizadas pela Contabilidade de Custos

Abaixo, segue uma breve definição de alguns deles:

a) Gastos: como o dispêndio financeiro que a entidade arca para obtenção de um produto ou serviço, dispêndio esse, representado por entrega ou promessa de entrega de ativos; ou seja, existe o gasto no ato do conhecimento contábil da dívida adquirida ou na diminuição dos ativos dados em troca;

b) Custos: em sua essência, é um gasto quando de sua utilização nos fatores de produção de bens e serviços, exemplo um consumo de água, é um gasto na hora do seu consumo. Quando destinado rateado à produção de um bem ou serviço final, tornando-se custo segundo o princípio da causação, onde o custo é atribuído ao seu portador final, bem ou serviço;

c) Despesas: compreende os gastos decorrentes do consumo de bens e da utilização de serviços das áreas administrativa, comercial e financeira que direta ou indiretamente visam a obtenção de receitas;

d) Desembolso: é o pagamento resultante da aquisição de um bem ou serviço;

e) Investimento: é o capital que se aplica com o intuito de receber rendimentos. Este investimento supõe uma escolha que resigna um benefício imediato por um futuro e, em geral não garantido;

f) Perda: não se confunde com a despesa (muito menos com o custo), exatamente por sua característica de anormalidade e involuntariedade. Não é um sacrifício feito com intenção de obtenção de receita e como exemplo poderíamos citar: perdas com incêndios, obsolescência de estoques, etc.

Classificação de Custos

De acordo com sua forma os custos podem ser classificados de duas maneiras:

- **Custo Direto:** é aquele que pode ser identificado e diretamente apropriado a cada tipo de obra a ser custeado. No momento de sua ocorrência, isto é está ligado diretamente a cada tipo de bem ou função de custos, ou ainda, são aqueles diretamente incluídos no cálculo dos produtos;

1 RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade de Custos 10^a** Edição. São Paulo. Saraiva 2017.



Auditoria

A Estrutura das Normas Brasileiras de Contabilidade está regulamentada na Resolução CFC nº. 1.328/11, que sofreu alteração pela Resolução CFC nº 1.548/2018. A partir da mesma, as alterações em normas passam a obedecer esse novo padrão¹:

- Quando a alteração é total, ou seja, dá-se nova redação à norma, a sigla e o número da norma é mantido e a nova redação é identificada pela letra R + o número sequencial;
- Quando a alteração é parcial, é editado o documento Revisão NBC e as alterações, inclusões e exclusões são incorporadas às respectivas normas, mantendo a sigla da norma alterada.

Referente à vigência, a mesma encontra-se sempre antes da data e da assinatura da norma, interpretação, comunicado e Revisão NBC. As Normas Brasileiras de Contabilidade classificam-se em **Profissionais e Técnicas**.

As **Normas Profissionais** estabelecem regras de exercício profissional. Dentre sua classificação, encontram-se as **NBC PA** – do Auditor Independente. Vejamos:

NBC PA 01 (09/12/21) - Gestão de Qualidade para Firms (Pessoas Jurídicas e Físicas) de Auditores Independentes Revisão de Qualidade do Trabalho;

NBC PA 02 (09/12/21) - Revisão de Qualidade do Trabalho;

NBC PA 11 (DOU 13/12/2017) - Revisão Externa de Qualidade pelos Pares;

NBC PA 13 (R3) (DOU 20/08/2020) - Exame de Qualificação Técnica;

Resolução 1.495 (DOU 27/11/2015) - Cadastro Nacional de Auditores Independentes (CNAI);

NBC PA 400 (DOU 27/11/2019) - Independência para Trabalho de Auditoria e Revisão;

NBC PO 900 (DOU 27/11/2019) - Independência para Trabalho de Asseguração Diferente de Auditoria e Revisão.

As Normas Brasileiras de Contabilidade de Auditoria - NBC PA, encontram-se disponíveis em sua integralidade, no seguinte endereço eletrônico:

<https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbc-pa-do-auditor-independente/>

No tocante às **Normas Técnicas**, as mesmas estabelecem conceitos doutrinários, regras e procedimentos aplicados de Contabilidade. Dentre sua classificação, encontram-se as **NBC TA** – de Auditoria Independente de Informação Contábil Histórica. Vejamos:

ESTRUTURA CONCEITUAL (DOU 25/11/15) - Estrutura Conceitual para Trabalhos de Asseguração:

NBC TA 200 (R1) (DOU 05/09/16) - Objetivos Gerais do Auditor Independente e a Condução da Auditoria em Conformidade com Normas de Auditoria;

NBC TA 210 (R1) (DOU 05/09/16) Concordância com os Termos do Trabalho de Auditoria;

NBC TA 220(R3) (DOU 09/12/21) - Gestão de Qualidade da Auditoria de Demonstrações Contábeis;

NBC TA 230 (R1) (DOU 05/09/16) - Documentação de Auditoria;

NBC TA 240 (R1) (DOU 05/09/16) - Responsabilidade do Auditor em Relação a Fraude, no Contexto da Auditoria de Demonstrações Contábeis;

NBC TA 250 (DOU 14/02/19) Consideração de Leis e Regulamentos na Auditoria de Demonstrações Contábeis;

NBC TA 260(R2) (DOU 04/07/16) - Comunicação com os Responsáveis pela Governança;

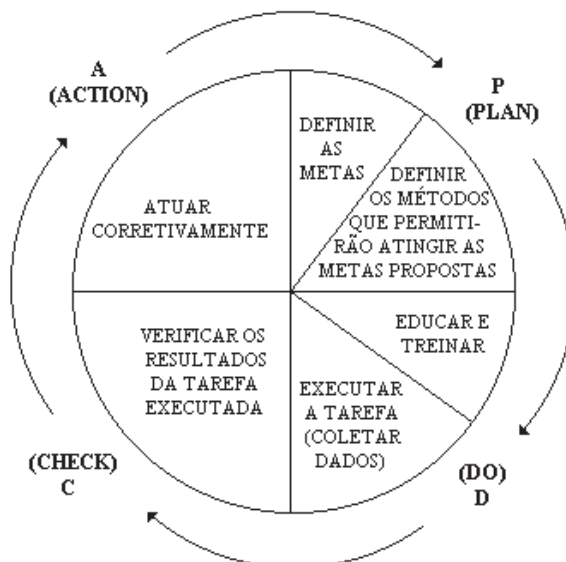
NBC TA 265 (1.210/09) - Comunicação de Deficiências de Controle Interno;

¹ <https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/>



Gestão de Projetos de TI

CLICLO PDCA



O **ciclo PDCA**, **ciclo de Shewhart** ou **ciclo de Deming**, é um ciclo de desenvolvimento que tem foco na melhoria contínua.

O PDCA foi idealizado por Shewhart e divulgado por Deming, quem efetivamente o aplicou. Inicialmente deu-se o uso para estatística e métodos de amostragem. O ciclo de Deming tem por princípio tornar mais claros e ágeis os processos envolvidos na execução da gestão, como por exemplo na gestão da qualidade, dividindo-a em quatro principais passos.

O PDCA é aplicado para se atingir resultados dentro de um sistema de gestão e pode ser utilizado em qualquer empresa de forma a garantir o sucesso nos negócios, independentemente da área de atuação da empresa.

O ciclo começa pelo planejamento, em seguida a ação ou conjunto de ações planejadas são executadas, checka-se se o que foi feito estava de acordo com o planejado, constantemente e repetidamente (ciclicamente), e toma-se uma ação para eliminar ou ao menos mitigar defeitos no produto ou na execução.

Os passos são os seguintes:

- **Plan** (planejamento): estabelecer uma meta ou identificar o problema (um problema tem o sentido daquilo que impede o alcance dos resultados esperados, ou seja, o alcance da meta); analisar o fenômeno (analisar os dados relacionados ao problema); analisar o processo (descobrir as causas fundamentais dos problemas) e elaborar um plano de ação.
- **Do** (execução): realizar, executar as atividades conforme o plano de ação.
- **Check** (verificação): monitorar e avaliar periodicamente os resultados, avaliar processos e resultados, confrontando-os com o planejado, objetivos, especificações e estado desejado, consolidando as informações, eventualmente confeccionando relatórios. Atualizar ou implantar a gestão à vista.
- **Act** (ação): Agir de acordo com o avaliado e de acordo com os relatórios, eventualmente determinar e confeccionar novos planos de ação, de forma a melhorar a qualidade, eficiência e eficácia, aprimorando a execução e corrigindo eventuais falhas.



Sistemas de Informação

A engenharia de software é uma área da computação que visa à construção de software de alta qualidade. A metodologia utilizada é sistemática, controlada, eficaz e eficiente sempre pautando aspectos éticos, sociais, legais, econômicos e de segurança.

A área de engenharia de software é uma área de conhecimento onde são aplicados os seguintes conhecimentos:

- Programação de computadores;
- Linguagens de programação;
- Estatística;
- Lógica matemática aplicada;
- Especificações de software;
- Aspectos técnicos da engenharia de software;
- Análise;
- Modelagem;
- Projeto;
- Construção e teste de software;
- Garantia da qualidade dos processos de software;
- Gestão da produção de software;
- Trabalho em equipe;
- Gestão de pessoas;
- Comunicação com os diversos stakeholders;
- Bancos de dados;
- Redes de computadores;
- Sistemas operacionais;
- Sistemas distribuídos;
- Segurança da informação;
- Tecnologias de dispositivos móveis e em nuvem.

A engenharia de software possui diversos métodos de desenvolvimento de software. Atualmente o uso da metodologia SCRUM tem liderado o mercado por ser uma metodologia ágil de desenvolvimento.



Ciclo de vida do software

O ciclo de vida de um software são as etapas desde o nascimento do sistema até o momento de sua descontinuidade pelo desenvolvedor. Este ciclo ajuda a gestão de recursos pessoais, operacionais e temporais para gerenciar o projeto de desenvolvimento.

Qualquer desenvolvimento de software possui o seguinte ciclo:



Fundamentos de Banco de Dados

As linguagens de definição e manipulação de dados em SGBDs relacionais são utilizadas para gerenciar bancos de dados relacionais, que armazenam informações em tabelas com relações entre si.

A linguagem de definição de dados (DDL) é usada para criar e modificar a estrutura do banco de dados. Ela permite que o usuário defina tabelas, colunas, restrições de integridade, chaves primárias e estrangeiras, entre outras coisas.

Já a linguagem de manipulação de dados (DML) é usada para inserir, atualizar e excluir dados no banco de dados. Ela permite que o usuário faça consultas, selecione informações de uma ou várias tabelas, ordene e agrupe os resultados, e combine dados de diferentes tabelas através de junções.

As linguagens mais comuns para definição e manipulação de dados em SGBDs relacionais são SQL (Structured Query Language) e suas variações, como MySQL, PostgreSQL, Oracle, entre outros. Além disso, existem também outras linguagens, como PL/SQL (Procedural Language/Structured Query Language) e T-SQL (Transact-SQL), que são usadas para programação e procedimentos armazenados em bancos de dados relacionais

Resumo dos comandos para Seleção, Inserção, Alteração e Exclusão de registros e bancos de dados relacionais:

SELECT

```
SELECT    (column1, column2, ...)  
FROM      sourceTable
```

INSERT

```
INSERT INTO tableName  
(column1, column2, ...)  
VALUES (value1, value2, ...)
```

UPDATE

```
UPDATE tableName  
SET column1=value1, column2=value2,...  
WHERE filterColumn=filterValue
```

DELETE

```
DELETE tableName  
WHERE filterColumn=filterValue;
```



Modelagem de dados: modelos relacional e multidimensional

A modelagem de dados é um processo utilizado para representar informações em um sistema de informação por meio de modelos conceituais e físicos. Os modelos visam estruturar e organizar as informações para que possam ser armazenadas, manipuladas e recuperadas de forma eficiente.

Existem diversos modelos de dados que podem ser utilizados na modelagem, sendo os mais comuns o modelo relacional e o modelo multidimensional. O modelo relacional utiliza tabelas para representar entidades ou conjuntos de entidades, enquanto o modelo multidimensional organiza os dados em cubos, onde cada dimensão representa uma característica do dado e as medidas são representadas pelos valores nas células.

A escolha do modelo mais adequado depende das necessidades específicas do sistema de informação, podendo ser utilizada uma combinação de modelos para obter o melhor resultado.



Ciências de Dados

FUNDAMENTOS E CLASSIFICAÇÃO:

Os fundamentos de ciência de dados incluem conceitos matemáticos, estatísticos e computacionais que são utilizados para coletar, armazenar, processar e analisar dados. Isso pode incluir noções de álgebra linear, cálculo, probabilidade e estatística.

Esses conceitos fundamentais são essenciais para entender como os modelos estatísticos e de aprendizado de máquina funcionam e para avaliar a precisão e confiabilidade dos resultados.

A classificação em ciência de dados envolve a categorização dos diferentes tipos de dados e análises de dados.

Os tipos de dados podem ser divididos em quatro categorias: dados nominais, dados ordinais, dados intervalares e dados de razão.

A classificação também pode incluir a distinção entre dados estruturados e não estruturados, bem como a escolha de diferentes tipos de técnicas de análise de dados, como análise de regressão, análise de cluster, análise de séries temporais e aprendizado de máquina supervisionado e não supervisionado.

Sintetizando, os fundamentos e a classificação em ciência de dados são cruciais para a compreensão e aplicação de técnicas de análise de dados. Eles são a base que permite aos cientistas de dados coletar, armazenar, processar e analisar dados de forma eficaz e precisa.

A figura abaixo, dá uma visão gráfica da abrangência da ciência de dados.



Coleta, tratamento, armazenamento, integração e recuperação de dados

A coleta, tratamento, armazenamento, integração e recuperação de dados são etapas importantes no processo de análise de dados na disciplina de ciência de dados. Cada uma dessas etapas é crucial para obter insights úteis e precisos dos dados.

A coleta de dados envolve a obtenção de dados de diferentes fontes, como bancos de dados, arquivos, sensores, redes sociais, entre outras. Esses dados podem ser coletados por meio de técnicas de mineração de dados, web scraping, coleta de dados em tempo real, entre outras técnicas.

O tratamento de dados envolve a limpeza, a transformação e a preparação dos dados para análise. É uma etapa importante para garantir que os dados estejam prontos para serem utilizados em modelos de análise de dados. Durante essa etapa, os dados são limpos, eliminando valores inválidos, duplicados ou inconsistentes, e transformados em um formato adequado para análise.



Segurança da Informação

A segurança da informação é um assunto cada vez mais importante na era digital em que vivemos. Para garantir a proteção dos ativos de informação, é necessário levar em conta cinco fundamentos essenciais: confidencialidade, integridade, disponibilidade, autenticidade e não repúdio.

Confidencialidade: A confidencialidade é a garantia de que apenas pessoas autorizadas terão acesso a determinada informação. Isso significa que informações sensíveis devem ser protegidas por medidas como criptografia, senhas e autenticação.

Integridade: A integridade garante que a informação não será modificada indevidamente, mantendo-se fiel ao seu conteúdo original. Isso é importante para garantir a confiabilidade dos dados e prevenir fraudes e alterações mal-intencionadas.

Disponibilidade: A disponibilidade garante que a informação estará disponível sempre que for necessária. Isso significa que sistemas e serviços devem ser projetados para minimizar o tempo de inatividade e garantir que a informação esteja sempre acessível aos usuários autorizados.

Autenticidade: A autenticidade garante que a informação é genuína e confiável. Isso significa que é necessário garantir a identidade das pessoas ou sistemas envolvidos em uma transação, por meio de técnicas como certificados digitais, biometria ou autenticação de dois fatores.

Não repúdio: O não repúdio garante que uma pessoa não possa negar ter enviado ou recebido uma informação. Isso significa que é necessário registrar e monitorar todas as transações, para garantir que haja evidências irrefutáveis em caso de disputas.



Classificação e controle dos ativos de informação

Além desses fundamentos, é importante também classificar e controlar os ativos de informação. Isso significa identificar quais informações são críticas e quais os sistemas que as armazenam, além de garantir que apenas pessoas autorizadas tenham acesso a esses sistemas. Essas medidas ajudam a prevenir o roubo ou a perda de informações sensíveis, minimizando os riscos de vazamentos e violações de segurança.

Em resumo, a segurança da informação é essencial para proteger os ativos de informação das empresas e garantir a privacidade e confidencialidade dos dados dos usuários. Os fundamentos da segurança da informação - confidencialidade, integridade, disponibilidade, autenticidade e não repúdio - devem ser aplicados em todas as transações de dados, a fim de prevenir fraudes e garantir a confiabilidade dos dados. Além disso, a classificação e o controle dos ativos de informação são importantes para minimizar os riscos de vazamentos e violações de segurança. Investir em segurança da informação é, portanto, uma necessidade incontornável para empresas de todos os tamanhos e setores. Afinal, a proteção de dados é a chave para manter a confiança dos clientes e preservar a reputação e o sucesso dos negócios.



Políticas de segurança

Para a implementação de controles de segurança faz-se necessária a criação de um processo de gestão da segurança da informação. Este processo deve considerar o incentivo à definição de políticas de segurança, cujos escopos devem abarcar o gerenciamento de riscos baseado em análise quantitativa e qualitativa, como análises de custo benefício e programas de conscientização.



IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

A improbidade administrativa é a falta de probidade do servidor no exercício de suas funções ou de governantes no desempenho das atividades próprias de seu cargo. Os atos de improbidade administrativa importam a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento do Erário (patrimônio da administração), na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

Com a inclusão do princípio da moralidade administrativa no texto constitucional houve um reflexo da preocupação com a ética na Administração Pública, para evitar a corrupção de servidores.

A matéria é regulada no plano constitucional pelo art. 37, §4º, da Constituição Federal, e no plano infraconstitucional pela Lei Federal Nº 8.429, de 02.06.1992, que dispõe sobre “as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional.”

A lei 8.429/92 pune os atos de improbidade praticados por qualquer agente público, servidor ou não, contra a administração. Agente público, para os efeitos desta lei, é todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função. Contudo, a lei também poderá ser aplicada, àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra para a prática do ato de improbidade ou dele se beneficie sob qualquer forma direta ou indireta.

Os atos que constituem improbidade administrativa podem ser divididos em quatro espécies:

1. Ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito (art. 9º)
- 2) Ato de improbidade administrativa que importa lesão ao erário (art. 10)
- 3) Ato de improbidade administrativa decorrente de concessão ou aplicação indevida de benefício financeiro ou tributário (art. 10-A)
- 4) Ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública (art. 11).

LEI Nº 8.429, DE 2 DE JUNHO DE 1992

Dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, de que trata o § 4º do art. 37 da Constituição Federal; e dá outras providências. (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º O sistema de responsabilização por atos de improbidade administrativa tutelar a probidade na organização do Estado e no exercício de suas funções, como forma de assegurar a integridade do patrimônio público e social, nos termos desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)

Parágrafo único. (Revogado). (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)

§ 1º Consideram-se atos de improbidade administrativa as condutas dolosas tipificadas nos arts. 9º, 10 e 11 desta Lei, ressalvados tipos previstos em leis especiais. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

§ 2º Considera-se dolo a vontade livre e consciente de alcançar o resultado ilícito tipificado nos arts. 9º, 10 e 11 desta Lei, não bastando a voluntariedade do agente. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

§ 3º O mero exercício da função ou desempenho de competências públicas, sem comprovação de ato doloso com fim ilícito, afasta a responsabilidade por ato de improbidade administrativa. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

§ 4º Aplicam-se ao sistema da improbidade disciplinado nesta Lei os princípios constitucionais do direito administrativo sancionador. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

**LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006**

Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis no 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei no 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar no 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis no 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

CAPÍTULO I**DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º Esta Lei Complementar estabelece normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, especialmente no que se refere:

I - à apuração e recolhimento dos impostos e contribuições da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, mediante regime único de arrecadação, inclusive obrigações acessórias;

II - ao cumprimento de obrigações trabalhistas e previdenciárias, inclusive obrigações acessórias;

III - ao acesso a crédito e ao mercado, inclusive quanto à preferência nas aquisições de bens e serviços pelos Poderes Públicos, à tecnologia, ao associativismo e às regras de inclusão.

IV - ao cadastro nacional único de contribuintes a que se refere o inciso IV do parágrafo único do art. 146, in fine, da Constituição Federal. (Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014)

§ 1º Cabe ao Comitê Gestor do Simples Nacional (CGSN) apreciar a necessidade de revisão, a partir de 1º de janeiro de 2015, dos valores expressos em moeda nesta Lei Complementar.

§ 2º (VETADO).

§ 3º Ressalvado o disposto no Capítulo IV, toda nova obrigação que atinja as microempresas e empresas de pequeno porte deverá apresentar, no instrumento que a instituiu, especificação do tratamento diferenciado, simplificado e favorecido para cumprimento. (Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014)

§ 4º Na especificação do tratamento diferenciado, simplificado e favorecido de que trata o § 3º, deverá constar prazo máximo, quando forem necessários procedimentos adicionais, para que os órgãos fiscalizadores cumpram as medidas necessárias à emissão de documentos, realização de vistorias e atendimento das demandas realizadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte com o objetivo de cumprir a nova obrigação. (Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014)

§ 5º Caso o órgão fiscalizador descumpra os prazos estabelecidos na especificação do tratamento diferenciado e favorecido, conforme o disposto no § 4º, a nova obrigação será inexigível até que seja realizada visita para fiscalização orientadora e seja reiniciado o prazo para regularização. (Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014)

§ 6º A ausência de especificação do tratamento diferenciado, simplificado e favorecido ou da determinação de prazos máximos, de acordo com os §§ 3º e 4º, tornará a nova obrigação inexigível para as microempresas e empresas de pequeno porte. (Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014)

§ 7º A inobservância do disposto nos §§ 3º a 6º resultará em atentado aos direitos e garantias legais assegurados ao exercício profissional da atividade empresarial. (Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014)

Art. 2º O tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte de que trata o art. 1º desta Lei Complementar será gerido pelas instâncias a seguir especificadas:

**LEI 7.098, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1998****Consolida normas referentes ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS.**

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o artigo 42 da Constituição Estadual, aprova e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Esta lei dispõe, com base no art. 155, II, da Constituição Federal, e na Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, observadas as alterações que lhe foram conferidas pela Lei Complementar nº 102, de 11 de julho de 2000, sobre a consolidação das normas referentes ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS. (Nova redação dada pela Lei 7.364/00)

CAPÍTULO I
DA INCIDÊNCIA

Art. 2º O imposto incide sobre:

I - operações relativas à circulação de mercadorias, inclusive fornecimento de alimentação e bebidas em bares, restaurantes e estabelecimentos similares;

II - prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal, por qualquer via, de pessoas, bens, mercadorias ou valores;

III - prestações onerosas de serviços de comunicação, por qualquer meio, inclusive a geração, a emissão, a recepção, a transmissão, a retransmissão, a repetição e a ampliação de comunicação de qualquer natureza;

IV – fornecimento de mercadorias com prestação de serviços não compreendidos na competência tributária dos Municípios;

V - fornecimento de mercadorias com prestação de serviços sujeitos ao imposto sobre serviços, de competência dos Municípios, quando a lei complementar aplicável expressamente o sujeitar à incidência do imposto estadual.

§ 1º O imposto incide também:

I - sobre a entrada de bem ou mercadoria importados do exterior por pessoa física ou jurídica, ainda que não seja contribuinte habitual do imposto, qualquer que seja a sua finalidade; (Nova redação dada pela Lei 7.611/01)

II - sobre o serviço prestado no exterior ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior;

III - sobre a entrada, no território do Estado, de petróleo, inclusive lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, e de energia elétrica, quando não destinados à comercialização ou à industrialização e decorrente de operações interestaduais;

IV - sobre a entrada no estabelecimento de contribuinte de bem ou mercadoria destinada a uso, consumo ou ativo permanente;

IV-A - sobre a operação, realizada por remetente de outra unidade federada, que destinar bem ou mercadoria a consumidor final, não contribuinte do imposto, localizado no território mato-grossense; (Acrescentado pela Lei 10.337/15, efeitos a partir de 1º/01/2016)

V - sobre a utilização, por contribuinte, de serviço cuja prestação se tenha iniciado em outro Estado e não esteja vinculada a operação ou prestação subsequente;

V-A sobre a prestação de serviço, iniciada em outra unidade federada, destinada a consumidor final, não contribuinte do imposto, localizado no território mato-grossense; (Acrescentado pela Lei 10.337/15, efeitos a partir de 1º/01/2016)